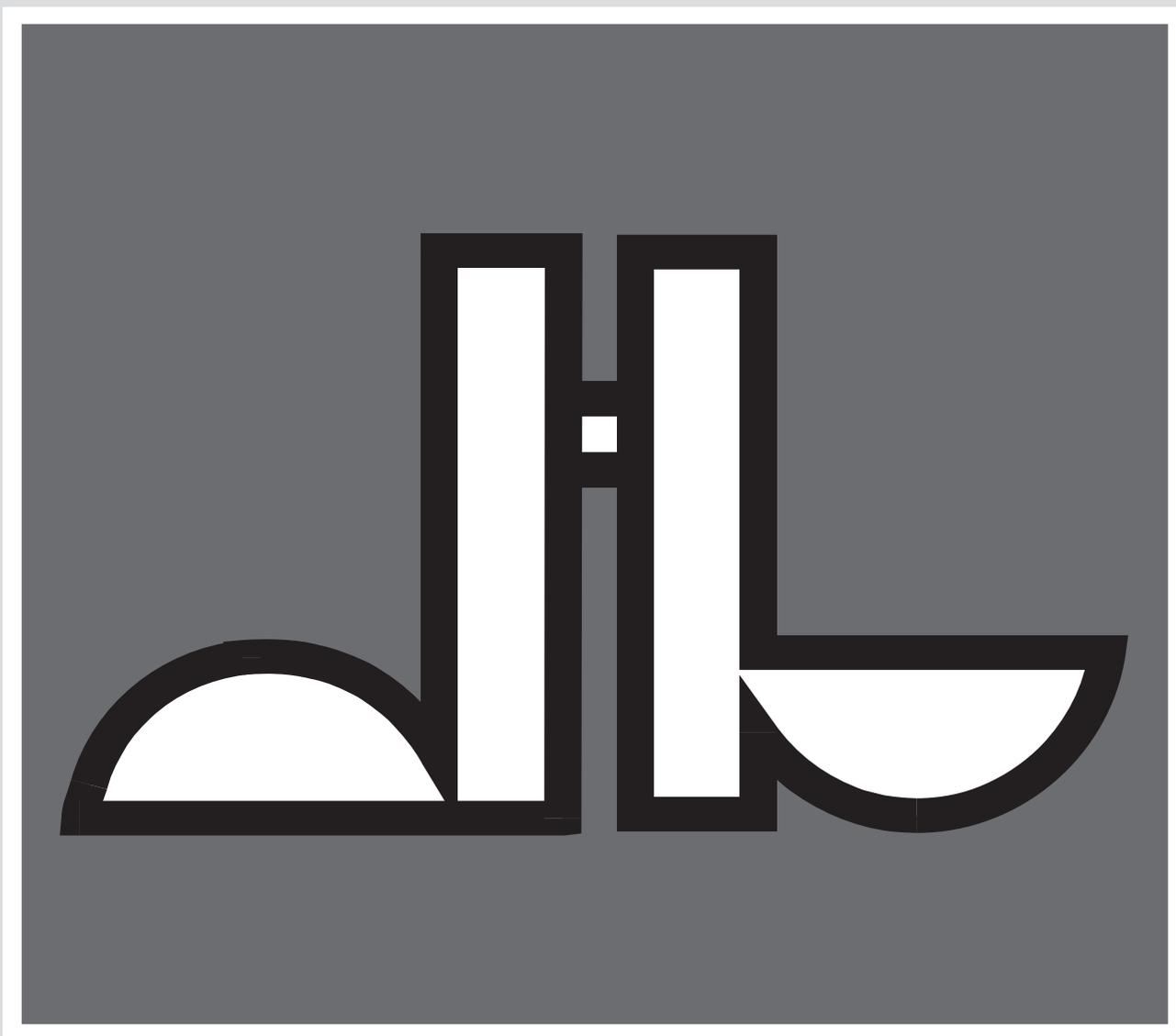




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXIII - Nº 019 - SEXTA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **GARIBALDI ALVES FILHO** – PMDB – RN

1º Vice-Presidente

Deputado **NARCIO RODRIGUES** – PSDB – MG

2º Vice-Presidente

Senador **ALVARO DIAS** – PSDB – PR

1º Secretário

Deputado **OSMAR SERRAGLIO** – PMDB – PR

2º Secretário

Senador **GERSON CAMATA** – PMDB – ES

3º Secretário

Deputado **WALDEMIR MOKA** – PMDB – MS

4º Secretário

Senador **MAGNO MALTA** – PR – ES

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 22ª SESSÃO CONJUNTA (SO- LENE), EM 27 DE NOVEMBRO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o Dia Internacional
para a Eliminação da Violência contra a Mulher.... 3672

1.2.1 Oradores

Senadora Serys Slhessarenko 3672

Deputada Sandra Rosado 3675

Deputada Nilmar Ruiz..... 3677

Deputada Thelma de Oliveira 3678

Deputada Cida Diogo..... 3680

Senador Geraldo Mesquita Júnior 3681

Senador Renato Casagrande 3683

Deputado Paulo Rubem Santiago..... 3684

Senadora Fátima Cleide 3686

Senador Marcelo Crivella..... 3688

Presidente (Serys Slhessarenko) 3688

Marlene Libardoni – Diretora-Executiva da –
Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento
– AGENDE..... 3689

Kátia Guimarães – Diretora da Subsecretaria
de Enfrentamento à Violência contra a Mulher
– SP..... 3690

Deputada Maria Helena 3691

1.2.2 – Fala da Presidência

(Senadora Serys Slhessarenko) 3692

1.3 – ENCERRAMENTO

CONGRESSO NACIONAL

2 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRES- SO NACIONAL

3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO- CIAL

4 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

5 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 22ª Sessão Conjunta (Solene), em 27 de novembro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Gerson Camata e das Sras. Serys Slhessarenko e Cida Diogo

(INICIA-SE A SESSÃO ÀS 10 HORAS E 22 MINUTOS, E ENCERRA-SE ÀS 12 HORAS E 50 MINUTOS)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB-ES) – Declaro aberta a sessão solene conjunta do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

Convido para compor a Mesa a Exm^a Sr^a Senadora Serys Slhessarenko, Coordenadora da Bancada Feminina no Senado Federal e Presidente do Conselho da Mulher-Cidadã Bertha Lutz (*pausa*); a Exm^a Sr^a Deputada Sandra Rosado, Coordenadora da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados (*pausa*); a Sr^a Kátia Guimarães, Diretora da Subsecretaria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que está representando S.Ex^a a Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (*pausa*); e a Sr^a Marlene Libardoni, Diretora Executiva das Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento – AGENDE. (*pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB-ES) – Com a palavra a Sr^a Senadora Serys Slhessarenko, primeira signatária do requerimento de convocação desta sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT-MT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Senador Gerson Camata, que preside esta sessão conjunta do Congresso Nacional, o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher transcorreu no dia 25 deste mês e envolve 154 países.

No final de semana passado, estive no México para tratar de outros assuntos, no Fórum de Mudanças Climáticas G8+5. Lá também conversamos com mais de 10 organizações de mulheres do México que estão trabalhando e se mobilizando em torno dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Trata-se de uma mobilização internacional.

Sr^a Deputada Sandra Rosado; Sr^a Kátia Guimarães, Diretora da Subsecretaria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, representando a Ministra Nilcéa Freire; Sr^a Marlene Libardoni, Diretora Executiva

das Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento – AGENDE, e Presidente Gerson Camata, a quem já saudei, agradecendo a S.Ex^a por estar, neste momento, na presidência dos trabalhos.

Como já dito, esta é uma sessão solene do Congresso Nacional e tem como objetivo lembrar a todos a necessidade de eliminarmos a violência contra a mulher. Há muitos homens por aí que ainda não entenderam que violência contra mulher é crime que não pode ser tolerado.

Senhoras e senhores, aproveito este momento simbólico para fazer o lançamento do importante livro intitulado *Bibliografia Sobre a Violência Contra a Mulher*. Trata-se de um trabalho primoroso, realizado em tempo recorde pela Biblioteca do Senado. É a compilação de dados bibliográficos sobre o tema, que garantirá material para pesquisadores – algo fundamental para ampliarmos nosso conhecimento a respeito desse absurdo que é a violência contra a mulher.

Infelizmente, a tiragem desse livro é muito limitada: são apenas 200 cópias. Por isso, encaminharemos exemplares apenas para universidades e algumas escolas e bibliotecas públicas, para fomentar a pesquisa e o conhecimento.

Devo agradecer penhoradamente à Dra. Simone Vieira, Diretora da Biblioteca do Senado, e a toda a sua equipe, pela rapidez com que desenvolveram essa obra – apenas 15 dias. Parabéns pela qualidade de equipe montada e pelo compromisso de apresentar obra de tanta qualidade e valor para pesquisa.

Senhoras e senhores, todas as sociedades modernas carregam dentro de si as incoerências e deficiências inerentes à sua história de discriminações, preconceitos e tabus. Não é diferente com a sociedade brasileira, herdeira da cultura portuguesa dos séculos que precederam nossa Independência.

Assim, Sr. Presidente, ainda carregamos, numa sociedade do século XXI, os ranços patriarcais das sociedades européias. Em muitos grupos sociais e regiões, o homem ainda é o senhor de tudo e de todos. O resultado é a freqüente violência contra as mulheres que com eles convivem, quando estas não atendem ou não obedecem aos ditames de seus pretenso senhores.

Parece que estou fazendo um discurso de 2 séculos passados, mas, infelizmente, ele ainda é muito atual.

Felizmente, o Brasil despertou e se tem mantido alerta no combate a esse resquício machista de nossa sociedade, ainda não desaparecido de nossos hábitos e costumes. A Lei Maria de Penha é um exemplo dessa postura e reflete o desejo de nossa população mais esclarecida de superar a questão, clara fonte de tensões sociais e familiares.

Apesar de ainda haver muitas sociedades que cultuam a supremacia do sexo masculino sobre o feminino no comando da organização social, o mundo despertou para a necessidade de dar conseqüência, no dia-a-dia, ao princípio de igualdade emanado da Carta dos Direitos Universais da Pessoa Humana.

Para simbolizar tal intenção, a ONU elegeu o dia 25 de novembro como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher.

O ideal, do ponto de vista de todas nós, mulheres, será não mais haver necessidade de marcar ou relembrar a falta de equidade social entre homens e mulheres; será o dia em que a efeméride de 25 de novembro possa ser abolida do calendário por total falta de utilidade.

Infelizmente, em muitos momentos, pensamos que, com sua chegada, a Lei Maria da Penha resolveu – mas não resolveu totalmente – o problema. É claro que está ajudando, mas não acabou com a violência contra a mulher. Nada se resolve intempestivamente.

Ontem mesmo, ouvi o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Gilmar Mendes, dizer que existem, perante o Supremo, interpelações de alguns Estados para que a Lei Maria da Penha seja declarada inconstitucional. Acreditem. É verdade: há instituições na área judiciária impetrando inclusive ações diretas de inconstitucionalidade para que ela seja declarada inconstitucional.

Como disse, a nossa esperança é a de que, daqui a pouco, não precisemos mais da Lei Maria da Penha, bem como de uma sessão especial para discutirmos essa questão.

Contudo, não se eliminam séculos de prevalência do *masculus* sobre o *femininus* apenas com o despertar das consciências e com atos normativos. Estes podem e devem constituir o primeiro e indispensável passo. É preciso, a seguir, fixar uma nova cultura de respeito mútuo e igualdade entre gêneros, processo muito mais lento e muitas vezes mais difícil de vingar.

Não obstante, Sr. Presidente, não há por que esmorecer na luta contra todo tipo de violência contra as mulheres. Por isso, o dia 25 de novembro deve se tornar uma data importante no calendário brasileiro, a

fim de fazer avançar, principalmente nos rincões mais atrasados, a consciência e a prática da igualdade entre homens e mulheres diante dos desafios da construção da sociedade no novo milênio.

Gostaria muito, senhores e senhoras, de que, nos próximos anos, a cada dia 25 de novembro, menos se ouvisse falar em violação dos direitos das mulheres, menos se ouvisse falar em violências contra as mulheres, e mais se consolidasse a harmonização dos gêneros nas obrigações e direitos na sociedade.

Gêneros distintos, colocações distintas na sociedade, mas equilíbrio e harmonia na convivência e parceria entre homens e mulheres.

Bom seria, Sr. Presidente, se sumissem do nosso noticiário os cotidianos relatos de agressões físicas contra as mulheres. Ora são namoradas espancadas por namorados ciumentos que se julgam seus donos; ora são maridos que tratam sua mulher como propriedade de livre uso e abuso.

As agressões contra a mulher provocam em média uma morte a cada 3 dias na Argentina e na Itália, segundo estudos divulgados ainda este mês. No Brasil, não é diferente, nem melhor – os registros de 2008 dão conta de mais de 120 mil casos de violência contra a mulher no primeiro semestre do ano, o dobro do mesmo período de 2007.

Sabemos que esses números estão avançando. Para combater esse mal, houve a criação da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, com *status* de Ministério, órgão dirigido pela Ministra Nilcéa Freire de forma muito determinada, para o combate à violência e a definição de políticas públicas.

Esses números podem parecer estar aumentando, mas, na verdade, estão diminuindo. Eles apenas estão aparecendo mais nas estatísticas, porque agora as pessoas estão denunciando – e isso é muito importante.

Senão me engano, entre 2006 e 2007, no Estado de Pernambuco, a média diária era de 1 assassinato de mulher por seu próprio companheiro. É uma média terrível. Diante disso, podemos perguntar: “Mas é só em Pernambuco?”. Claro que não. Infelizmente, não. Lá, porém, as organizações de mulheres estão muito atuantes, indo à luta, registrando e exigindo dos Poderes estabelecidos que realmente se posicionem e que existam mecanismos para fazer com que essas estatísticas apareçam. E elas têm de aparecer, porque, com certeza, quanto mais visibilidade esse problema tiver, mais haverá condições para que a sociedade ajude a combatê-lo. Por outro lado, quanto mais escondo estiver, mais se aprofundará.

Fiz esse parênteses, porque realmente podemos pensar que a violência aumentou, mas o que aumen-

tou foi o número de denúncias. E isso é bom e é ruim. É ruim, porque é triste, e é triste porque parece que está acontecendo mais violência; mas é bom também porque está sendo dada a necessária visibilidade ao problema.

Mesmo que tais números signifiquem maior consciência e coragem das mulheres em denunciar agressões, também significam que milhares de cidadãs vivem dolorosa situação.

Só uma em cada 10 mulheres que sofrem violência chega a fazer a denúncia. “São dados estimados, mas isto significa que há grande quantidade de vítimas não registradas”, declarou Mabel Bianco, titular da Fundação para o Estudo e Pesquisa da Mulher, na Argentina, o que nos faz pensar no número de mulheres que sofrem silenciosamente no Brasil todo, sem meios de se fazerem proteger pelos órgãos da sociedade.

A Lei Maria da Penha tem sido um dos mais fortes instrumentos de coerção das agressões domésticas, uma vez que dá proteção às mulheres e sanciona o agressor, sem possibilidade de interrupção do processo criminal, mesmo que a vítima se arrependa da denúncia.

Apesar de todas as dificuldades para fazer valer a Lei Maria da Penha em todo o País, temos conseguido progressos, e uma rede de atenção à mulher está sendo tecida em todo o Brasil.

Já são 415 delegacias especializadas no atendimento às mulheres, ainda concentradas em sua maioria no Rio de Janeiro e São Paulo, mas que paulatinamente vêm se espalhando pelo Brasil, à medida que as Polícias estaduais se modernizam.

São Defensorias Públicas da Mulher, casas de abrigo, serviços de saúde, além de campanhas sucessivas de conscientização da sociedade, em especial das mulheres vitimadas pelas agressões.

Enfim, Sr. Presidente, o Brasil começa a se mobilizar em larga escala para erradicar esse mal que tanto fragiliza a nossa sociedade – e já não é sem tempo que ocorre.

No Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, a ONU lançou uma campanha mundial sobre o tema, na tentativa louvável de despertar consciências e modificar práticas. A iniciativa, organizada pelos Fundos de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e de População (UNFPA), vai até 10 de dezembro, dia do 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Não poderia haver mais feliz conexão entre direitos da mulher e direitos humanos.

Senhoras e senhores, não bastassem as agressões domésticas, que são muitas e dolorosas, não faltam as agressões sociais, disfarçadas ou explícitas,

nas ruas, nas empresas, nas lojas, enfim, por todos os lugares.

Diferenças salariais em desfavor das mulheres ou dificuldades de contratação para jovens esposas em face da perspectiva de uma possível gravidez são algumas das agruras que encontramos na vida laboral.

A violência parece ser um mal incurável da humanidade. Parece que o ser humano se compraz com a violência ou mesmo que tem necessidade de ser violento para se sentir poderoso. Infelizmente!

Senhoras e senhores, afirma o Relatório da ONU sobre a Violência que “os Governos têm a responsabilidade indelegável de sancionar e erradicar todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres, prestar contas à sociedade e respeitar compromissos contraídos em tratados e pactos internacionais da ONU”.

Esse chamamento à consciência coletiva deve se tornar um imperativo para a sociedade brasileira deste novo milênio.

Vimos rompendo com seculares práticas herdadas de nossos antepassados: cartorialismo, patrimonialismo, orlizarquismo e tantos e diversos outros nefastos “ismos”. Precisamos acabar definitiva e radicalmente com o patriarcalismo ainda existente no Brasil, transformando nossa sociedade em uma organização igualitária nos direitos, deveres e oportunidades. Assim, homens e mulheres poderão ombrear-se, em sua complementaridade, na construção do Brasil com que sonhamos.

Digo sempre que não adianta políticos ou não políticos saírem a dizer pelas ruas, por todos os locais: “somos democráticos, temos posturas claras, defendemos a sociedade, defendemos a democracia e a liberdade” e, dentro de nossa casa, muitas vezes, estarmos exercitando – não é nem exercendo – poderes extremamente autoritários. Quando uma criança vê e ouve, dentro de casa, agressões contra a mãe, contra a irmã, contra a avó, enfim, contra alguma mulher do seu entorno, vai crescer pensando: “Eu posso cometer violência contra as mulheres do meu entorno, porque isso eu cresci vendo que é possível”.

Então, é preciso haver mudança de mentalidade dentro de nossas casas – isso é fundamental. Mudança de mentalidade no trabalho, não à discriminação no trabalho, não à discriminação na família e na política: só assim estaremos dando passos decisivos e determinantes na conquista de uma sociedade realmente com igualdade entre gêneros. E essa conquista só vai acontecer de forma organizada, como tantas organizações que temos, como a CFEMEA e outras, quando a sociedade como um todo se mobilizar nesse sentido – homens e mulheres.

Juntos, vamos nós, mulheres, e os homens, nossos filhos, construir a sociedade dos iguais. (*Palmas.*)

O Sr. Eduardo Suplicy (PT-SP) – Concede-me V.Ex^a um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Com prazer, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB-ES) – A Mesa solicita ao Senador Suplicy que venha à mesa fazer seu aparte, porque, em sessões solenes, os microfones do plenário ficam desligados, por força do Regimento Interno.

O Sr. Eduardo Suplicy (PT-SP) – É com alegria que cumprimento a Senadora Serys Slhessarenko por seu alerta de consciência a todos nós, homens da sociedade brasileira, para que estejamos sempre respeitando a outra metade dos seres humanos, as mulheres. Por maiores que sejam as diferenças que possamos ter, fora as opiniões, fora quaisquer sentimentos, porque, ao longo de nossa vida, às vezes podemos ter os sentimentos humanos da paixão, da raiva, da ira, o importante é que possamos sempre canalizar nossas energias para jamais agir com violência. Ao contrário, devemos tratar com respeito as pessoas que, inclusive, aprendemos a amar – a nossa namorada, a nossa mulher, as nossas filhas. Então, quero aqui dizer que estou assinando o *Manifesto dos Homens Unidos pelo Fim da Violência Contra as Mulheres*, e conclamo os homens do Brasil, aí incluídos o Presidente Gerson Camata e demais Parlamentares, a assinarem este manifesto, atendendo a sua conclamação. Meus parabéns a todas as mulheres aqui presentes.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy, por sua postura, que conhecemos, e, principalmente, pela importante conclamação que V.Ex^a fez em tempo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB-ES) – A Presidência registra a presença do Senador Eduardo Suplicy, da ex-Senadora Emília Fernandes, que durante muito tempo aqui, no Congresso Nacional, travou permanente luta em defesa da mulher e da criança e abrilhantou o Senado com sua inteligência, com seu trabalho e – por que não dizer? – também com sua beleza. A ex-Senadora Emília Fernandes é atualmente Presidenta do Fórum de Mulheres do MERCOSUL, Capítulo Brasil.

Quero registrar também a presença da Sr^a Cristina Buarque, Secretária Especial da Mulher, do Governo do Estado de Pernambuco; da Sr^a Teresinha Gasparin Maglia, representante do Ministério da Justiça no Conselho de Políticas Para as Mulheres; da Exm^a Deputada Federal Nilmar Ruiz, Presidenta Nacional

do Partido Mulher Democrata, e da Exm^a Deputada Maria Helena, do PSB de Roraima, que acaba de se inscrever como oradora.

Passo a presidência dos trabalhos à autora do requerimento de realização desta solenidade, Senadora Serys Slhessarenko.

O Sr. Gerson Camata, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT) – Concedo a palavra à nobre Deputada Sandra Rosado.

A SRA. SANDRA ROSADO (Bloco/PSB-RN. Sem revisão da oradora.) – Nobre Senadora Serys Slhessarenko, início saudando o Exm^o Sr. Senador Gerson Camata, que presidia esta sessão até há pouco e que, neste momento, está assinando o *Manifesto dos Homens Unidos pelo Fim da Violência Contra as Mulheres*.

Aliás, fiquei muito feliz em encontrar V.Ex^a, Senador, uma vez que temos uma história: V.Ex^a foi colega de meu pai, Ivan Rosado, quando ambos eram Deputados Federais, e hoje eu tenho a honra de ser, também na condição de Deputada Federal, colega de sua esposa, Rita Camata.

Exm^a Sr^a Senadora Serys Slhessarenko, que preside os trabalhos desta sessão e é coordenadora da bancada feminina no Senado da República, além de Presidenta do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz; Exm^a Sr^a Kátia Guimarães, Diretora da Subsecretaria de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, representando aqui a Ministra Nilcéa Freire; Sr^a Marlene Libardoni, dirigente da AGENDE, forte e interessante organização não-governamental; Exm^a Deputada Federal Nilmar Ruiz, Presidenta Nacional do Partido da Mulher Democrata; Sr^a Teresinha Gasparin Maglia, representante do Ministério da Justiça; ex-Senadora Emília Fernandes, que preside o Fórum de Mulheres do MERCOSUL; Sr^a Cristina Buarque, Secretária Especial da Mulher, do Estado de Pernambuco, nordestina e, com certeza, uma grande auxiliar do Governador Eduardo Campos, Presidente de meu partido; Sr^{as} Deputadas Cida Diogo, Maria Helena e Thelma de Oliveira, aqui presentes, demais mulheres e homens que participam desta sessão tão importante para todas nós, minhas saudações.

Antes de mais nada, gostaria de registrar mais uma vez que queremos conclamar os homens para que, unidos, façam o enfrentamento contra a violência que ainda se pratica contra as mulheres. E, dessa forma, convoco todos a aderirem ao nosso movimento, assinando esse importante manifesto.

Com muita alegria, registro a presença da atriz Naura Schneider, que interessadamente abdicou de tudo para realizar um grande sonho, que é também um sonho de todas as mulheres engajadas nesse movimento. Naura conseguiu, com muito esforço, levar para o circuito comercial o filme *Dias e noites*, exatamente sobre a violência que se pratica contra as mulheres. Também engajada nessa luta, peço aqui apoio para a realização de outro sonho de Naura, que não é só dela, mas também de todas nós. Que ela possa levar adiante o documentário *O silêncio das inocentes*, trabalho primoroso de que o Brasil certamente tomará conhecimento. Enfim, quero daqui registrar a opção de vida e de luta de Naura Schneider, que vem realizando um trabalho muito interessante para todas nós e para a nossa grande luta no combate à violência.

Sr^a Presidenta, senhoras e senhores, no último dia 25 de novembro comemoramos o Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra a Mulher. O Brasil viveu a ocasião, mais uma vez, lamentando a dor das perdas, das mutilações, dos maus-tratos, dos males psicológicos causados à mulher por uma cultura medieval de domínio, opressão, abuso e agressão que, infelizmente, ainda predomina na sociedade, não importando o nível cultural e socioeconômico, a faixa etária ou as diferenças regionais.

Dizia a Senadora Serys Slhessarenko que seu discurso poderia parecer antigo. Mas não é. Trata-se de uma situação muito antiga, mas ainda presente no nosso dia-a-dia. É um discurso atual, infelizmente.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT) – Deputada, peço licença a V.Ex^a porque preciso ir votar em uma Comissão. Por isso, passo a presidência dos trabalhos por alguns instantes à Deputada Cida Diogo. Retornarei em breve.

A SRA. SANDRA ROSADO (Bloco/PSB-RN) – Pois não, Sr^a Presidenta.

Saúdo a Deputada Cida Diogo, do PT do Rio de Janeiro, que passa a presidir a sessão.

As relações humanas mudaram. A lei tornou-se mais severa. As pessoas evoluíram ou, pelo menos, assim pensamos. Mas há um padrão comportamental do homem, diante da mulher, que não se modifica. Continua inaceitável nas perversidades cometidas. Antes, matava-se em nome da honra; agora, que não há mais honra a ser lavada, mata-se em nome de qualquer coisa, infelizmente.

O Brasil viveu, há pouco tempo, com enorme comoção, o caso de Santo André, na Região do ABC, no Estado de São Paulo, o Estado mais desenvolvido da nossa Nação, quando um rapaz desequilibrado e duas moças indefesas protagonizaram uma história de seqüestro, agressão, agonia e morte. Eloá Cristina

Pimentel da Silva e Nayara Rodrigues Vieira foram vítimas da sanha criminoso do ex-namorado da primeira. Nayara, felizmente, embora ferida por um tiro na boca, disparado no momento da invasão policial, escapou. Eloá, objeto do ciúme e presumível amor doentio e assassino do jovem, não teve a mesma sorte. Atingida por um tiro na virilha e outro na cabeça, veio a falecer. Tinha apenas 15 anos e, certamente, os muitos sonhos próprios de uma adolescente. Não realizará mais nenhum, lamentavelmente.

O trágico acontecimento de Santo André espanta, em primeiro lugar, pelo tempo que durou; em segundo lugar, pela estratégia policial de negociação e resgate, muito questionada por especialistas; em terceiro lugar, pelo desfecho inesperado e pior possível; em quarto, pela idade dos envolvidos.

Pelas vítimas, sobretudo Eloá, a vítima fatal, a sociedade chora; pelo assassino, está aterrada.

É, sem dúvida, incomum o fato de pessoas que até ontem eram crianças, cometerem crimes, assassinatos, por motivos supostamente passionais. Em geral, Sr^a Presidenta, colegas Parlamentares, o jovem delinqüente mata para roubar, quase sempre sob efeito de drogas. O que ressalta, portanto, nesse caso, depois de tudo aquilo que se acompanhou e deplorou até a morte de Eloá, é a pouca idade do agressor: não mais do que 22 anos, o que configura que uma cultura de violência, infelizmente, está estabelecida.

Muito provavelmente, senhoras e senhores, estamos diante de uma mudança cultural para pior, diga-se logo, a reboque da sexualidade precoce, agravada pela facilidade de acesso a armas e munição, assim como pelo mau exemplo visto em casa, na vizinhança e na mídia.

À falta de outros valores, o jovem vai buscar a forma de superar suas mágoas e de se afirmar no modelo machista de homens mais maduros. Conforme esse modelo, tudo é não só permitido, mas também apoiado e enaltecido, em muitos casos. E as velhas práticas se perpetuam.

As mulheres e os homens de bem que, de algum modo, estão investidos da responsabilidade de educar e orientar os mais jovens, devem ter em mente os riscos decorrentes desse tipo de comportamento.

Quanto às vítimas, essas não podem jamais se dispensar do dever de denunciar, valendo-se, ao mínimo gesto de agressão, da intervenção policial, bem como das faculdades da lei.

Aqui não é demais salientar a importância da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha. Instrumento de muito valor no combate à violência contra a mulher. A norma decorre de um crime que comoveu o Brasil e chegou, inclusive, à Comissão

Interamericana dos Direitos da Mulher e da Organização dos Estados Americanos, pela repercussão que teve, graças à perseverança da agredida, a cearense, a nordestina Maria da Penha Maia Fernandes.

Essa mulher admirável lutou, durante 20 longos anos, até ver o ex-marido, seu agressor, na cadeia. E se tornou, verdadeiramente, exemplo de força para todas as mulheres. Ela conseguiu, mas muitas mulheres ainda não conseguiram chegar a esse ponto. Maria da Penha se tornou verdadeiramente exemplo da força das mulheres em sua luta.

Infelizmente, ainda assistimos hoje no nosso País a meninos e meninas sendo violentados, mulheres agredidas, mulheres assassinadas.

Há pouco, falava da nossa Secretária de Pernambuco, e a Senadora Serys Slhessarenko também se reportou aos assassinatos, principalmente na Região Nordeste, em Pernambuco, inclusive com um agravante: muitos assassinos conseguem praticar uma agressão ainda maior: desfiguram o rosto das mulheres. Infelizmente, ainda assistimos, nas nossas cidades, nos nossos Estados, no nosso País e no mundo, a mulheres não somente violentadas no seu corpo e na sua alma, mas também sendo assassinadas.

Esta é a minha conclamação final a todas as brasileiras e também aos brasileiros pela passagem do dia 25 de novembro, Dia Internacional Para a Eliminação da Violência Contra a Mulher: lutem, lutem muito, não se acovardem, façam com que outras mulheres e homens lutem também!

Falo aos homens: lutamos pela igualdade; lutamos pelo nosso direito à vida; lutamos pelo direito.

Falo às mulheres: precisamos, cada vez mais, nos unir, lutando sempre para que a violência não seja uma marca tão constante nas nossas vidas.

Lutamos por uma cultura de paz e queremos que os nossos direitos sejam realçados e respeitados.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

Durante o discurso da Sra. Sandra Rosado, a Sra. Serys Slhessarenko deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Cida Diogo.

A SRA. PRESIDENTA (Cida Diogo. PT-RJ) – Com a palavra a nobre Deputada Nilmar Ruiz, que falará pela Liderança do DEM na Câmara dos Deputados.

A SRA. NILMAR RUIZ (DEM-TO. Sem revisão da oradora.) – Bom dia a todos os presentes.

Cumprimento a nossa Presidenta, Deputada Cida Diogo, e também a Senadora Serys Slhessarenko, Coordenadora da bancada feminina no Senado Federal e Presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, que acaba de chegar; a Deputada Sandra

Rosado, Coordenadora da bancada feminina na Câmara dos Deputados; a Sr^a Kátia Guimarães, Diretora da Subsecretaria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, representando, neste ato, a Ministra Nilcéa Freire, que vem fazendo um trabalho muito importante à frente da Secretaria Especial de Política para as Mulheres; a Sr^a Marlene Libardoni, Diretora-Executiva da Ações em Gêneros, Cidadania e Desenvolvimento, e, na sua pessoa, todas as instituições que atuam em defesa dos direitos das mulheres; a ex-Senadora Emília Fernandes, Presidenta do Fórum de Mulheres do MERCOSUL, que vem mostrando o que tem sido feito no Brasil e a necessidade de ações para que possamos mudar a nossa realidade, a realidade da América Latina e do mundo; a Sr^a Miriam de Azevedo Sá Rego, Coordenadora do Trabalho de Gênero de FURNAS; a atriz Naura Schneider, pelo trabalho que tem feito no nosso País; a Sr^a Terezinha Gasparin Maglia, representante do Ministério da Justiça, no Conselho Nacional de Políticas das Mulheres; todas as representantes de clubes, associações e representações de mulheres e demais presentes e agradeço, em especial, aos homens que nos prestigiam neste ato.

Minhas queridas companheiras, Deputadas Federais, Senadoras, o dia 25 de novembro, Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra a Mulher, não deveria existir, pois é inadmissível que ainda hoje, quando já avançamos tanto em vários setores, haja tanta discriminação e violência contra a mulher.

Mas, diante da nossa triste realidade, é necessário, sim, para que a sociedade se mobilize, que ações sejam tomadas no sentido de que possamos reduzir e acabar com as injustiças que estão nas ruas, nas escolas, nos locais de trabalho e principalmente nos lares.

Desde o 1º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em 1981, em Bogotá, Colômbia, e, depois, em 1991, com o lançamento da Campanha Mundial pelos Direitos Humanos das Mulheres, hoje presente em 154 países, se tem conscientizado homens e mulheres de que não podemos aceitar atos de violência. É indispensável se tomar atitude: denunciar, apoiar, buscar e oferecer ajuda.

Este ano a Campanha ainda coincide com dois marcos importantes: os 20 anos da promulgação da última Constituição Brasileira, a Constituição Cidadã, e o aniversário de 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Que a data, então, nos sirva de alerta para ganharmos mais força no combate da desigualdade e da violência.

Os dados são assustadores. No Brasil, segundo pesquisa da Fundação Perseu Abramo, uma mulher é espancada a cada 15 segundos; de acordo com a

OMS, quase metade das mulheres assassinadas são mortas pelo marido ou namorado, atual ou ex; pelo menos uma em cada 3 mulheres apanha, é violentada ou forçada a manter relações sexuais em algum momento de sua vida; dados da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 – mostram que, de janeiro a junho de 2008, foram registrados 121.891 atendimentos, um aumento de 107,9% em relação ao mesmo período de 2007, quando foram registrados 58.417 casos.

Também no Ligue 180, de janeiro a setembro de 2008, foram registradas 134 denúncias de cárcere privado. O que significa um crescimento de 91,4% em relação à mesma época de 2007.

Só este ano, aqui, no Distrito Federal, 371 mulheres foram atendidas nas emergências dos postos de saúde e hospitais brasileiros, espancadas, esfaqueadas, violentadas.

As pesquisas e análises apontam que a violência contra a mulher não tem classe social. Portanto, ricas ou pobres, independentes financeiramente ou não, com pouca ou muita escolarização, mulheres são vitimadas.

Aqui chamo a atenção para a Campanha Homens Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres, abraçada pela Secretaria Especial de Política para as Mulheres, pelas bancadas femininas, pelas instituições em defesa das mulheres e pela sociedade civil brasileira, para sensibilizar, principalmente os homens, quanto à necessidade de se comprometerem publicamente a contribuir com a execução da Lei Maria da Penha e a efetivação de políticas públicas que visem ao fim da violência, de todas as formas, contra mulheres.

Por que é importante uma campanha como essa? Porque são importantes todas as ações e mobilizações a favor da mulher. Porque em nossa sociedade, muitas vezes, pensam que a forma de se resolver um conflito é a violência. Porque é de fundamental importância para o bem comum que as mulheres sejam respeitadas, valorizadas e tenham as mesmas oportunidades que os homens.

Precisamos construir uma sociedade mais justa e mais solidária. A paz precisa ser cultivada, cultuada no coração das pessoas desde tenra idade, nas nossas escolas, para que as gerações futuras – estou vendo muitos alunos nos prestigiando com sua presença, e aproveito para cumprimentá-los – possam viver em um mundo muito melhor.

O nosso partido, o Democratas, une-se a todos aqueles que buscam uma sociedade onde não haja discriminações, onde os direitos humanos e individuais sejam respeitados.

Estamos juntos com todos aqueles que trabalham incansavelmente na busca de uma sociedade

mais fraterna, mais feliz, em que os gêneros sejam igualmente respeitados.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT) – Obrigada, Deputada.

Durante o discurso da Sra. Nilmar Ruiz, a Sra. Cida Diogo deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT) – Concedo a palavra à Deputada Thelma de Oliveira. Em seguida ouviremos o Senador Geraldo Mesquita Júnior e a Deputada Cida Diogo.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT. Sem revisão da oradora.) – Bom dia a todos.

Cumprimento, inicialmente, a nossa Presidenta, Senadora Serys Slhessarenko, do meu Estado, Mato Grosso. É um orgulho para nós tê-la na Presidência.

Cumprimento também a Sr^a Kátia Guimarães, Diretora da Subsecretaria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, representando a Ministra Nilcéia Freire; a Sr^a Marlene Libardoni, Diretora-Executiva da Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento – AGENDE; e a colega Deputada Maria Helena. É um prazer tê-la conosco.

Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, comemoramos no último dia 25 de novembro o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher. Entre os eventos organizados, cito a Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, demonstrando o compromisso da sociedade brasileira e do Congresso Nacional com esse tema.

A luta pelos direitos da mulher é antiga. A história registra inúmeros episódios de manifestações, greves e até massacres de mulheres, que buscavam apenas o sagrado direito humano da igualdade.

A sociedade, desde os mais remotos tempos, teve como líder familiar e do grupo social o homem, que, no processo de evolução humana, passou a criar e ditar regras, tornando paternalistas as relações familiares, grupais e em sociedade.

Essa relação, herdada de nossos ancestrais, tornou-se um dos mais injustos instrumentos de dominação e de discriminação praticada contra as mulheres, com objetivos e intensidades diferentes nas várias sociedades e nações que se formaram no mundo, ressaltando sempre a inferioridade da mulher em relação ao homem, sob o ponto de vista de força física, intelectual, social, política e até mesmo religiosa.

A violência contra a mulher é um dos principais indícios da discriminação de gênero e um grave problema de saúde pública. De cada 10 brasileiras com

mais de 15 anos de idade, 3 já sofreram violência física extrema.

Além desse tipo de violência de maior incidência, nós ainda sofremos com a violência sexual, emocional, econômica. E isso, como disse a Deputada Nilmar Ruiz, ocorre em todas as classes sociais, independentemente do grau de instrução.

Após 2 anos da Lei Maria da Penha – foi preciso muita luta para sua implementação –, os seus impactos já são sentidos na nossa sociedade. Mas os desafios ainda são enormes.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, em 50% dos casos de mulheres assassinadas, os autores dos crimes são o marido, o namorado, o companheiro ou alguém de sua confiança.

A violência responde por 7% de todas as mortes de mulheres entre 15 e 44 anos, no mundo todo. Em alguns países, 69% delas relatam terem sido agredidas fisicamente e até 47% declaram que sua primeira relação sexual foi forçada.

Para mudar esta triste realidade da mulher vítima da violência, infelizmente não basta uma lei que tem como base a denúncia do homem agressor, que na sua grande maioria é o mantenedor da família, e é para o local de convívio com seu agressor que normalmente a denunciante volta para cuidar dos filhos. E novamente ela será agredida por tê-lo denunciado.

O fenômeno da violência de gênero mostra claramente que é necessário que o Estado brasileiro crie e fortaleça mecanismos institucionais e mude seus costumes, valores e comportamentos sociais.

Entre as dificuldades encontradas no Brasil estão: escassez de recursos, financiamentos insuficientes, interrupção de programas e falta de mecanismos de avaliação dos planos dos programas adotados.

Junto com a conquista da Lei Maria da Penha, faz-se necessário também implementar ações nas diferentes áreas da administração pública.

Na área de desenvolvimento econômico, infraestrutura e obras, precisamos estabelecer parcerias com indústrias e comércios, objetivando destinar cota de vagas para a força de trabalho das mulheres; incluir as mulheres assentadas, negras, índias e outras nas políticas agrárias de desenvolvimento econômico; designar nos programas habitacionais sistema de cotas para as mulheres em situação de violência, bem como para aquelas que são chefes de família.

Na área da educação, devemos capacitar professores da rede pública para a prática de educação não sexista; propor ações que envolvam a comunidade estudantil na discussão sobre a violência de gênero; implementar e intensificar programas de alfabetização de mulheres adultas.

Na área de saúde, é necessário capacitar os profissionais da área, incluindo o Instituto Médico Legal, para a problemática da violência contra a mulher; capacitar a Rede Nacional de Agentes de Saúde e profissionais do Programa de Saúde da Família para a prevenção e combate à violência.

Segundo Marcos Nascimento, coordenador do projeto do Instituto Promundo, a violência não é natural e sim um comportamento aprendido, indicando que precisamos continuar trilhando um longo caminho.

Por último, Sr^a Presidenta, informo que participei, nos dias 20 e 21 deste mês, do Fórum Interpalestino das Américas.

Nesse fórum, que reúne Parlamentares de todas as Américas, procuramos elaborar uma agenda legislativa para o desenvolvimento com a perspectiva de gênero para as Américas. Foi uma discussão extremamente importante. Discutimos política econômica, abordamos a questão da crise mundial. Na discussão estabelecida com as Parlamentares, chegamos à conclusão de que, com essa crise, as mulheres pobres, afrodescendentes, indígenas são as que mais sofrerão com o desemprego, com a escassez de recursos, especialmente aqueles destinados às políticas públicas de proteção à mulher.

Nesse sentido, discutimos e elaboramos uma agenda que pretendemos apresentar, como disse a Deputada Sandra Rosado, coordenadora da bancada feminina na Câmara dos Deputados.

Espero que sejam cumpridas as recomendações apresentadas para que possamos nos organizar e cada vez mais proteger as nossas companheiras mulheres.

Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Deputados, é preciso ir em busca de transformações comportamentais, econômicas e de igualdade de oportunidades para alterar a condição de submissão e de subordinação que a mulher suporta nos ombros, no seu dia-a-dia, e que se torna quase insuportável quando ela está machucada, estuprada e com a alma repleta de desânimo de continuar lutando pela vida.

Ao encerrar, quero também dizer que o nosso partido, o PSDB, tem-se unido a todos os demais partidos, a todas as entidades na busca dessa igualdade. É um sonho que precisamos tornar realidade para que realmente possamos dizer que o nosso País tem democracia.

A democracia, de fato, só será consolidada quando tivermos homens e mulheres ocupando, com igualdade de condições, os cargos de poder que decidem realmente a vida das nossas mulheres.

Muito obrigada, Sr^a Presidente. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT) – Obrigada, Deputada Thelma de Oliveira.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT) – Convidamos para fazer uso da palavra a Deputada Cida Diogo, do PT do Rio de Janeiro. Logo após, ouviremos o Senador Geraldo Mesquita.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) – Bom dia, Senadora Serys Slhessarenko. Cumprimentando a Senadora, eu cumprimento toda a Mesa. Bom dia a todos os presentes.

É uma satisfação muito grande, em um evento que vai discutir as questões ligadas à mulher, vemos a presença de homens que estão preocupados conosco e solidários com a nossa luta.

Teremos a Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres no Brasil e em mais 153 países. A campanha deste ano é exatamente para que os homens unidos possam nos ajudar a enfrentar a violência contra as mulheres no mundo inteiro. É muito importante a presença do Senador e de diversos homens nesta solenidade.

Quero parabenizar a AGENDE, a SPM por organizarem, junto com o Poder Legislativo, Senado Federal e Câmara dos Deputados, o Poder Executivo e o movimento social organizado – o movimento de mulheres, o movimento feminista –, uma solenidade para discutirmos essa questão que ainda é muito grave, muito séria em nosso País.

Talvez a violência contra a mulher seja a pior violência que existe na sociedade, porque é uma violência calada, uma violência velada. Os dados estatísticos mostram que mais de 70% de violências contra a mulher ocorrem entre 4 paredes de uma casa, de uma residência. É a violência doméstica. Muitas vezes, ela pode até não levar a um quadro de agressão física. Pode não chegar a um quadro mais grave de lesão corporal, de assassinato. Mas essa violência pode provocar uma lesão muito mais séria, muito mais grave, que é a perda da identidade, que é a incapacidade mental. Muitas mulheres acabam tornando-se dependentes químicas de tranquilizantes, de medicamentos para poder suportar aquela violência cotidiana, que é calada, velada, mas que fere muito a alma. Acho que é dessa violência que temos de falar para atrair esses homens, não só para que assinem a adesão a essa campanha internacional – o Brasil tem o compromisso de conseguir 100 mil assinaturas –, mas também para que multipliquem essa discussão entre eles.

Precisamos mudar um pouco aquele ditado popular que diz: “*Em briga de marido e mulher não se mete a colher*”. Deve-se meter a colher, deve-se intrometer mesmo, deve-se tentar trabalhar para que as mulheres tenham momentos mais felizes na convivência domés-

tica e familiar. Esse é o grande desafio não só para as mulheres, mas também para os homens de bem que querem efetivamente se somar a essa luta.

Por isso, parabenizo o movimento internacional de mulheres que tem como meta atrair esses homens para a nossa luta. Sabemos que quem tem de liderar e capitanear esse movimento são as mulheres. Mas, se não tivermos esses homens ao nosso lado, somando forças, não conseguiremos mudar esta realidade, que ainda é muito dura.

No Brasil, o movimento de mulheres, há alguns anos, resolveu ampliar os 16 dias de ativismo. Agora a campanha não se inicia em 25 de novembro, Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher, mas em 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. Isso também é importante, porque sabemos que hoje os maiores índices de violência doméstica contra as mulheres são registrados nas comunidades negras.

Por isso, considero acertada essa decisão. O movimento tem provocado o debate. A partir de 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, até o dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, vamos realizar seminários, encontros para provocar o debate entre homens e mulheres e aprofundar essa questão.

Ainda estamos muito longe de atingir uma realidade onde homens e mulheres tenham igualdade, onde a questão da violência contra a mulher seja banida não só do nosso País, mas mundialmente. Mas estamos avançando gradativamente, a passos largos, rumo à construção de um mundo com mais igualdade e mais solidário. Um dia poderemos dizer que finalmente conseguimos mudar esta realidade, que ainda é muito dura no Brasil, país latino-americano com características bastante machistas e discriminatórias.

Quero contribuir para mudar essa realidade. Na Câmara Federal, esta semana, na CCJ, foi aprovado o projeto que estabelece o dia 20 de novembro como feriado nacional. Espero que talvez no ano que vem possamos comemorar essa data, iniciando os nossos dias de ativismo, que aqui no Brasil são 21, pelo enfrentamento da violência contra a mulher, com um feriado nacional. Espero que consigamos aprovar esse projeto porque, mais do que um feriado, é fazer essa data simbolizar, no nosso País, o reconhecimento e a luta da comunidade negra.

Mas sabemos que existe muita resistência a isso no nosso País. No meu Estado, por exemplo, já é feriado estadual, há alguns anos, o Dia Nacional da Consciência Negra. Foi uma iniciativa do nosso mandato, quando fui Deputada Estadual. Mas existe muita resistência. Não querem assimilar e assumir essa data

como importante para o nosso calendário nacional. O preconceito racial é muito forte no nosso País, infelizmente, e nesse caso o racismo se soma ao machismo. Lamentavelmente, o nosso País reproduz isso.

Mas agora a Câmara deu um passo importante, e a CCJ aprovou o projeto. Espero que consigamos até novembro do ano que vem consolidar a proposta, e o Presidente Lula possa sancioná-la. Inclusive, no dia 20 de novembro, S.Ex^a deu uma declaração defendendo que essa data seja feriado nacional. Então, esperamos que, com a sanção do Presidente da República, ano que vem possamos inaugurar mais um ano do ativismo de enfrentamento à violência contra a mulher, comemorando esse feriado no Dia Nacional da Consciência Negra.

Então, parabenizo o movimento social, o movimento de mulheres, cumprimento o Executivo Federal que, através da SPM, vem implementando ações muito concretas visando o rompimento do preconceito, da discriminação e na luta contra a violência as mulheres. Parabenizo também o Congresso Nacional que realiza esta sessão solene conjunta entre Câmara dos Deputados e Senado Federal, para que possamos discutir, debater e nos fortalecer para poder enfrentar e banir a violência contra as mulheres no nosso País e também mundialmente.

Parabéns ao movimento e que continuemos firmes, sempre juntas e com os homens unidos conosco nessa luta pelo fim da violência contra a mulher.

Um abraço a todos e muito sucesso a todos nós que queremos um mundo mais igual e mais solidário. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador, Senador Geraldo Mesquita, gostaria de anunciar a presença da Dra. Maria Berenice Dias, uma lutadora, uma batalhadora pelos direitos das mulheres, e também do Sr. Secretário do Município de Boa Vista, Hélio Borges, e do Sr. Ariosto Andrade, ambos partícipes da Prefeitura de Boa Vista, Roraima.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Senadora Serys Slhessarenko, quero cumprimentar as demais Senadoras e Senadores aqui presentes, Deputados e Deputadas, ilustres convidadas que abrilhantam a nossa Mesa.

Início o meu pronunciamento pegando uma carona no que falou a Deputada Cida Diogo, quando diz que a violência contra a mulher, na maioria das ve-

zes, está entre 4 paredes, dentro de casa. Isso é uma grande verdade.

No nosso País, temos a cultura hipócrita da autorização tácita da violência contra a mulher. O que devemos fazer, nós que temos a consciência de que esse tipo de crime deve ser banido do nosso País? Participar de todas as formas possíveis e oferecer a nossa contribuição, por menor que seja, para que isso um dia seja uma realidade em nosso País.

Nesse sentido, afirmo que, como parte da minha contribuição, procuro todo o dia pedir a Deus que me permita continuar tratando com respeito, amor e carinho as mulheres da minha casa, da minha família, meus filhos, minha mãe, minhas netinhas. Acho que todos nós devemos começar por aí. Essa é a minha primeira contribuição. Outras se juntam a esta.

Se as pessoas aqui presentes acessarem o [site www.homenspelofimdaviolencia.com.br](http://www.homenspelofimdaviolencia.com.br), irão verificar a minha assinatura. Além disso, fiz questão de reservar um pequeno espaço na minha página institucional, que o Senado disponibiliza, para estampar o selo da Central de Atendimento à Mulher, o 180. Está na minha página. Creio que muitas mulheres e homens, meus conterrâneos do Acre acessam. Espero que com isso também consigamos dar uma pequena contribuição para a conscientização maior de que devemos acabar de uma vez por todas com essa prática da violência contra as mulheres.

Tive oportunidade de, há poucos dias, participar de uma audiência, na Comissão de Direitos Humanos desta Casa, da qual faço parte, e ouvi atentamente a fala da Ministra Nilcéa Freire, por quem tenha uma admiração muito grande, pelo seu esforço, pelo seu trabalho. A Ministra disse uma coisa que, confesso, da forma como ela falou, me tocou. Disse a Ministra com todas as letras: “*Não teremos desenvolvimento efetivo e integral em nosso País enquanto tivermos essa chaga da violência contra as mulheres*”.

Isso pode parecer apenas uma frase construída, mas me tocou porque acredito piamente nessa expressão. O desenvolvimento do nosso País jamais será integral e efetivo enquanto convivemos com a prática da violência contra as mulheres.

Eu me atrevi inclusive, pegando carona nessa expressão da Ministra Nilcéa, a sugerir que, no nosso País, talvez por iniciativa da própria Secretaria, por provocação, instituíssemos um índice de violência contra as mulheres.

Aqui valorizamos muito o fato econômico. Temos diariamente, nos meios de comunicação, a notícia supervalorizada dos índices das bolsas de valores. Ou seja, os índices econômicos têm uma posição hierár-

quica muito superior a outras informações que eu julgo absolutamente importantes no nosso País.

Então, esse índice seria oferecido à população brasileira, de preferência no mesmo momento em que se anuncia o índice da Bovespa: *“Índice Bovespa, tanto; índice de violência contra as mulheres, tanto”*. O primeiro resultado disso seria nos depararmos com a expressão ali, diariamente, do conjunto da prática criminosa que se perpetra contra as mulheres neste País. Nós morreríamos de vergonha, o País se sentiria envergonhado com isso.

A segunda reação seria positiva: a vergonha nos levaria a um trabalho árduo, incansável, incessante de tentar zerar esse índice, Senadora Emília. Eu acho que, assim, com o País todo se movimentando no sentido de que os nossos índices econômicos sejam os melhores possíveis e se mantenham assim por longo tempo, esse índice oferecido à população brasileira, estampado em rádios, televisões, jornais, nos mataria de vergonha no primeiro momento – a violência contra a mulher ainda é uma chaga enorme no nosso País –, mas, como eu disse, no segundo momento, talvez ele propiciasse essa coisa bonita de o País inteiro se envolver em torno dessas campanhas, na luta pela diminuição acelerada desse índice até chegarmos ao índice zero. nós festejaríamos os índices elevados, econômicos, e teríamos razões suficientes para festejarmos o índice zero da violência contra a mulher.

É a sugestão que eu deixo aos movimentos, à própria Secretaria, no sentido de imaginarmos a possibilidade de se criar efetivamente esse índice.

Uma outra sugestão eu deixei, por ocasião daquela importante audiência pública. A Lei Maria da Penha, que emocionou a todos, é um significativo avanço, um instrumento, pois não tínhamos nada assim bem nítido, bem definido. Mas, me perdoem, eu acho que deveremos avançar mais.

Eu sugiro também que a violência contra a mulher seja considerada um crime hediondo em nosso País. No primeiro momento, paramos para pensar: será? Por que não? Um crime hediondo. Um crime que deva merecer a punição mais severa da sociedade e da Justiça deste País. Não temos condição de continuar e permanecer nesse jogo que, por vezes, é meio hipócrita mesmo. Todos somos contra a violência contra a mulher, mas a violência continua instalada. Então, precisamos pensar em instrumentos, mecanismos que constriam, que inibam, que impeçam, que punam severamente um crime como esse.

Ao lado disso, e permeando essas ações, uma grande campanha de esclarecimento permanente, porque essa é uma epidemia permanente. Não é como a epidemia de dengue que, quando começam as chuvas,

se torna mais evidente e aí deflagramos uma campanha pública na televisão para combatê-la. A violência contra a mulher é uma epidemia permanente e, por isso, merece uma campanha de esclarecimento público permanente – mas uma campanha didática. Assim como merecem também campanha permanente os crimes de natureza sexual, como a pedofilia, cometidos contra crianças e adolescentes. É mais uma chaga que precisamos extirpar do País. Luto por uma campanha de esclarecimento público didática, minuciosa, porque esse crime, por vezes, é cometido por falta de informação, de conhecimento, das pessoas que estão próximas aos jovens. Se elas tivessem algumas informações, certamente, evitariam em grande parte que esses crimes fossem cometidos. São sinais, indícios, sintomas que muitas vezes passam despercebidos por grande parte da população brasileira nas casas, nas famílias, nos bairros, nas ruas, no clube, nas festinhas. Se estivermos de posse de informações detalhadas e do *modus operandi* dos agressores, evitaremos em grande parte o cometimento desse crime.

Acontece o mesmo com as mulheres. Precisamos de uma campanha didática permanente de esclarecimento público. Uma campanha que constriam os homens que ainda se julgam com o direito equivocado de continuar cometendo abusos e verdadeiros crimes contra as mulheres. Uma campanha que no seu bojo, além de trazer as palavras de ordem de combate à violência contra as mulheres, tenha uma chamada positiva que estimule, incentive, aplauda o gesto de carinho, o gesto de apreço, o gesto de respeito, o gesto de amor às mulheres.

Existe uma campanha muito bonita com a qual de vez em quando cruzo na rua. A peça publicitária pergunta: *“Você já abraçou seu filho hoje?”*. Acho belíssima essa iniciativa. Proponho que no bojo da campanha de combate à violência contra a mulher tenha algo parecido: *“Você já teve um gesto de respeito, de carinho, com uma mulher hoje?”*. São pequenas coisas, mas o conjunto desses gestos pode criar um ambiente capaz de reverter esse quadro dramático de violência contra as mulheres. São pequenas coisas que num primeiro momento podemos até nem dar valor, mas o conjunto de ações, de iniciativas, pode criar esse clima.

Devemos todos trabalhar para que esse clima se instale definitivamente no Brasil, com perspectivas inclusive de ser irradiado para o MERCOSUL, Senadora Serys Slhessarenko. Estive há poucos dias em Assunção, no Paraguai, para participar de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Parlamento do MERCOSUL, do qual sou membro com muita honra. A Comissão de Direitos Humanos do Parlamento do MERCOSUL tem se reunido nos países que fazem

parte desse organismo com o intuito de colher subsídios, informações, depoimentos acerca do quadro dos direitos humanos em cada um deles.

Confesso que tem sido uma experiência, para mim, emocionante chegar a um país, como o Paraguai, a Argentina e, numa audiência pública, pessoas daqueles países, representantes da sociedade civil, do governo daquele país, entregarem, assim, de coração aberto as suas mais doídas lembranças, os seus mais dolorosos fatos envolvendo crimes cometidos na área de direitos humanos.

Uma coisa que me deixou muito tocado foi uma informação que colhemos há pouco tempo: uma jovem foi vítima de tentativa de estupro, reagiu e matou o seu agressor, na tentativa de se defender. Essa jovem foi condenada a 8 anos de prisão. E eu fiquei sabendo que, por trás dessa prisão, está o fato de que o jovem que tentou violentá-la é filho de um membro de alta patente do corpo policial daquele país.

Então, precisamos, além de criar esse clima em nosso País, disseminá-lo pela América Latina, pela América do Sul, onde a nossa perna alcançar. Nós temos um organismo regional, o MERCOSUL, o Parlamento do MERCOSUL e temos também responsabilidade solidária com os povos desses países, que, juntos com o Brasil, participam dessa tentativa de um processo de integração. Integração não pode ser só econômica, mas social e política. E, notadamente, nessa área dos direitos humanos, precisamos partilhar nossas experiências, precisamos nos abraçar, nos solidarizar com os povos de outros países, porque eu acho que esse é o caminho.

Portanto, o meu abraço, o meu apreço, o meu respeito e o meu carinho a todas as mulheres do nosso País e a todas as mulheres da nossa bonita região da América do Sul.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT) – Obrigada, Senador.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT) – Eu gostaria de deixar um espaço aberto, mas, devido ao adiantado da hora e às inúmeras inscrições que temos, pediríamos que fiquem restritos aos 5 minutos oferecidos a cada orador.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT) – Com a palavra a Senadora Fátima Cleide. (*Pausa.*)

Houve uma inversão aqui nas inscrições e o próximo orador é o Senador Renato Casagrande. Logo após, o Deputado Rubem Santiago.

O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB-ES. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta Serys Slhessarenko, Srs. membros da Mesa, Lideranças presentes,

Senadora Fátima Cleide – nenhuma violência contra a Senadora Fátima Cleide, foi tudo combinado.

Eu trago aqui o meu abraço pessoal, um abraço do Partido Socialista Brasileiro. A nossa Deputada acabou de se ausentar para um compromisso, Maria Helena, Deputada de Roraima, mas trago um abraço de todo o Partido aos participantes dessa luta, parabenizando-os, na pessoa da Senadora Serys, pela realização desta sessão conjunta, para lembrarmos o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher, comemorado neste dia 25 de novembro. Num momento como este, naturalmente cabe uma reflexão sobre as causas, que nós já conhecemos, da violência contra as mulheres. A causa do preconceito, a causa do comportamento machista, a causa dessa visão ainda de alguns de submissão da mulher ao homem; a causa das drogas lícitas e ilícitas. Enfim, são diversas as causas que levam à violência que temos hoje.

Não é pequeno o número de violência, como vocês sabem. Na América Latina e no Caribe entre 25 a 50% das mulheres já sofreram algum tipo de violência. No Brasil, pelo menos 15% das mulheres já sofreram algum tipo de agressão. Tem muitos dados que não fazem parte das estatísticas. Temos uma realidade no mundo, na América Latina, no Caribe e aqui no Brasil. Sou do Espírito Santo, um Estado que registra recorde, junto com Pernambuco. São os 2 Estados com maior número de homicídio de mulheres. E este é um dado que nos entristece muito.

Temos acompanhado as ações do Governos: aprovamos aqui a Lei Maria da Penha; acompanhamos a decisão do Governo do Presidente Lula, muito adequada, de criar um Ministério para tratar do tema das políticas para as mulheres. Isso foi uma conduta, uma prática, uma ação importante do Governo. Alguns Estados, como Pernambuco, Estado do nosso Governador Eduardo Campos, que é o Presidente do PSB, tem uma Secretaria de Mulheres, com políticas específicas para mulheres, com ações importantes para as mulheres trabalhadoras rurais, para as mulheres urbanas, políticas importantes que estão dando resultados, na geração de emprego, na auto-estima das mulheres. Isso tem dado resultados importantes para Pernambuco, e outros Estados podem também desenvolver esse tipo de política. Falo de Pernambuco porque eu o conheço mais. Os Estados também possuem uma função muito grande na definição dessas políticas, o Governo Federal está fazendo isso, os Governos Estaduais precisam montar estruturas de apoio de definição de política, de implementação de ações voltadas para as mulheres, na área da saúde, na geração de emprego, na educação, na área de mobilização das mulheres, da organização das mulheres. Enfim, temos uma série de

tarefas que precisamos cumprir enquanto lideranças políticas. Todos têm a sua função, em todos os níveis da administração pública, e a sociedade em si tem a sua função de forma bastante efetiva.

Assim como o Estado de Pernambuco tem a Secretaria, também o meu Estado, Espírito Santo, aderiu ao pacto nacional pelo enfrentamento da violência contra as mulheres. Acho que essa adesão ao pacto também é importante, porque essa realidade que estamos vivenciando hoje é uma realidade que, conforme o Geraldo Mesquita disse aqui, nos envergonha, e nos coloca um pouco na pré-história, porque ainda temos algumas condutas que nos caracterizam como um país totalmente subdesenvolvido, com um comportamento totalmente inadequado. A legislação vai-se aperfeiçoando, mas só a legislação não resolve se não tivermos essa integração, essa verticalização das políticas. A definição das políticas verticalizadas nos diversos órgãos do Governo, representa ações também importantes para que se possa fazer esse enfrentamento.

Quero aqui deixar o meu abraço a todos que estão empenhados para que se consiga diminuir a violência contra as mulheres, no mundo, mais especialmente no Brasil, que tem que dar conta do recado. O Brasil quando vai aos fóruns internacionais é cobrado pela agressão aos direitos humanos. Então é fundamental a implementação de políticas, que se combata a impunidade, que se puna a violência contra a mulher. Temos um desafio no mundo, que é o combate a violência. E este desafio é de muitos países, porque isso está relacionado, em muitos casos de violência, ao tráfico de drogas, a atos ilícitos que geram uma renda para quem pratica esse ato ilícito. Mas a violência contra as mulheres está muito mais relacionado a uma cultura atrasada que temos e que temos que combater com muita veemência.

Meu abraço à Senadora Serys Slhessarenko, em nome de quem cumprimento todos que estiveram à frente da organização dessa sessão. E não poderia deixar de trazer aqui o meu abraço e o apoio e do PSB. Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT) – Obrigada, Senador Renato Casagrande.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT) – Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago. E logo após a Senadora Fátima Cleide.

Quero registrar que a Senadora Rosalba Ciarlini está presente, mas infelizmente terá que se dirigir ao aeroporto dentro de alguns minutos, e não poderá fazer uso da palavra. Mas segunda-feira ela se compromete a estar na tribuna para falar do assunto.

Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (Bloco/PDT-PE. Sem revisão do orador.) – Sr^a Senadora Serys Slhessarenko, senhoras e senhores presentes nesta sessão do Senado, quero aqui fazer 2 registros. Primeiro, para dizer que, como Deputado pelo PDT, do Estado de Pernambuco, na Legislatura passada tive a honra de, ao chegar ao Congresso em 2003, integrar de imediato a Comissão de Deputados e Deputadas que discutia o projeto de lei que, posteriormente aprovado e sancionado, transformou-se na Lei nº 11.340, a Lei Maria da Penha.

Quero ressaltar essa nossa vivência Parlamentar, ao longo de muitos anos, sempre buscando construir pontes entre as áreas das políticas sociais e a área das finanças e tributação, dos orçamentos públicos.

Deixo o registro nesta sessão porque considero que os atos, os eventos, as manifestações, o registro de datas nacionais e internacionais como a de hoje, 27 de novembro, têm uma força simbólica muito grande para cada uma das vítimas dos atos de violência, de discriminação, de preconceito, para realimentar nossa esperança e nosso sonho de construirmos uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna. Mas acredito que mais do que a força simbólica, o que nos deve motivar contritivamente é sairmos das ações simbólicas para as ações concretas, materiais.

Vivemos num País capitalista, que mudou muito nos últimos 20 anos, e hoje, estamos aqui reforçando, por meio deste ato, um símbolo importante, que é o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher. Acabamos de ler, de tomar conhecimento, na semana passada, da publicação de um estudo pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, Presidido pelo economista Marcio Pochmann, que nos faz um relato avassalador. Um relato absolutamente vergonhoso.

Entre 2000 e 2007, o nosso País transferiu, da renda nacional do Tesouro Nacional, 1 trilhão 267 bilhões de reais e 900 mil apenas para o pagamento dos juros da dívida pública, e aplicou na saúde, no orçamento federal, 310 bilhões; na educação 149 bilhões; e nos investimentos; aí consideradas as ações de infra-estrutura, sobretudo as grandes obras, 93 bilhões de reais.

Quero fazer este primeiro registro, porque neste mesmo momento, em que há poucas semanas comemoramos os 2 anos da publicação da Lei Maria da Penha, tivemos uma péssima notícia.

Nós, que aqui discutimos e aprovamos a lei das diretrizes orçamentárias para o ano de 2009, temos um Programa, de nº 156, que é exatamente sobre pre-

venção e enfrentamento da violência contra a mulher. E quando eu trago do plano simbólico para o plano das ações concretas, na esfera material, na esfera do investimento, quero mostrar algo mais que tivemos. Por exemplo, os movimentos feministas, as entidades que nos acompanham aqui no Congresso Nacional, entre elas o Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, trabalharam com a bancada feminina, com a bancada de Deputados e Deputadas, inúmeras emendas. E uma delas foi o compromisso com o não contingenciamento dos recursos previstos para este programa e para os demais diretamente vinculados ou indiretamente relacionados com o combate à violência contra a mulher.

Lamentavelmente, uma decisão do Congresso Nacional de não permitir o contingenciamento dos recursos deste programa, que chamaria o programa matricial de todas as demais ações, esta decisão do Congresso Nacional foi vetada pelo nosso Presidente Lula.

E o argumento apresentado ao veto, era de que a proposição do Congresso de não permitir contingenciamento dos recursos deste que é o principal programa de combate à violência contra a mulher, no plano da união federal, contrariava o interesse público. E isso na mesma conjuntura em que o economista Marcio Pochmann publicou, através do Comunicado nº 14 da Presidência do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, que nós, de 2000 a 2007, pagamos 1 trilhão 267 bilhões de juros, e investimos apenas em saúde, educação e infra-estrutura algo em torno de 540 bilhões.

Mais grave é nós observarmos que neste programa, entre os anos de 2003 e 2007, de 79 milhões e 700 mil reais previstos em lei, foram executados apenas 45 milhões; 34,9 milhões deixaram de ser executados em função do contingenciamento. Isso tem um impacto brutal na vida das mulheres. Das mulheres jovens, das mulheres adolescentes, das mulheres negras, das mulheres empregadas domésticas, das mulheres trabalhadoras rurais, das mulheres dos grandes centros urbanos, das mulheres analfabetas, das mulheres desempregadas, todas vítimas de toda uma cultura de supremacia do macho e de atos de violência para impor a dominação dos homens sobre as mulheres.

Nós não vamos reduzir a violência contra a mulher com a multiplicação de atos, de exceções, de datas comemorativas. Isso não tem impacto material. Quando muito produz impacto cultural na consciência dos homens que ainda são formados e deformados na cultura do machismo e da supremacia do homem de gênero sobre a mulher na nossa sociedade.

Há um outro aspecto bastante importante – e aqui me refiro a um segmento das mulheres que vive uma das situações mais críticas do ponto de vista do abandono da discriminação, do preconceito e da violência.

No ano passado, por 8 meses fui um dos titulares da CPI do Sistema Carcerário. E visitamos 57 unidades prisionais, delegacias, carceragens e penitenciárias. Em 1997, tínhamos uma população carcerária de 142 mil presos. Temos hoje mais de 420 mil presos. E neste intervalo de 10 anos, as duas populações que mais cresceram nos presídios são de mulheres e de jovens recém-ingressos na vida da criminalidade e da violência.

Para isso não vamos responder só com os atos e as datas simbólicas. Temos que responder com medidas concretas, no Orçamento da União, no orçamento dos Estados, nas políticas públicas dos Municípios.

Por que é que as mulheres negras são maioria na população feminina carcerária? Por que é que as mulheres com baixo nível de escolaridade são maioria na população feminina carcerária? Por que as mulheres que não têm sobrevivência econômica são maioria na população feminina carcerária? Não é por acaso. Não é obra do acaso, é obra do modelo de sociedade, do modelo de desenvolvimento que tem sido perpetuado em nosso País, com todos os esforços. Tanto da criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da participação combativa das 3 mil mulheres na 2ª Conferência Nacional, do Plano Nacional de Políticas, das Secretarias Estaduais, das Coordenadorias da Mulher. Mas a impressão que temos é que avançamos quilômetros do ponto de vista das estruturas administrativas e avançamos absolutamente palmos do ponto de vista da concreta coerência entre propostas administrativas e ações de natureza financeira orçamentária para sermos coerentes com os objetivos que estamos definindo.

Há poucos minutos fiz um pronunciamento na Câmara dos Deputados, registrando este mesmo aspecto e o protesto, creio eu, de todas as entidades, de todos os movimentos, de homens e mulheres que não entendem por que o Presidente Lula vetou a restrição ao contingenciamento desses recursos. Sabem qual é o recurso previsto no Orçamento? Pasmem: 28,8 milhões e, ainda assim, sujeitos a contingenciamento.

Um Brasil de todos não paga juro para poucos!

Propôs o Senador Geraldo Mesquita um índice de violência contra a mulher. Talvez tivéssemos de propor também um índice de irresponsabilidade orçamentária. Afinal, cada real contingenciado pode produzir mais mulheres no sistema carcerário, mais atos de violên-

cia, mais atos de exclusão na educação e na formação profissional das mulheres brasileiras.

Então, quero somar-me ao esforço de todas as entidades e das conferências municipais e estaduais, para que possamos colocar combustível. Tenho um irmão arquiteto que diz sempre: “*Papel aceita tudo*”. O arquiteto pode fazer um brilhante projeto de uma casa de praia, mas, se não tiver a pedra, o cimento, a areia e o ferro, não constrói nada.

Por isso, minha solidariedade às entidades e movimentos feministas no protesto contra o veto que, lamentavelmente, o Presidente Lula após o não-contingenciamento dos recursos desse que é o principal programa, e o nosso compromisso de, na condição de Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, continuarmos lutando por uma postura de coerência entre nossos discursos, nossos programas e a concreta transferência de recursos do Tesouro. Embora gigantesco e riquíssimo, um país que, em 7 anos, transfere 1 trilhão e 267 bilhões para os que vivem de renda e deixa apenas 28 milhões para o programa de enfrentamento à violência contra a mulher, passíveis de contingenciamento, não é um país sério.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT) – Obrigada, Deputado Paulo Rubem Santiago.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT) – Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT-RO. Sem revisão da oradora.) – Senadora Serys Slhessarenko, que preside esta sessão solene, em seu nome, cumprimento as mulheres que compõem a Mesa e, em nome da querida Dra. Maria Berenice Dias, todas as participantes desta solenidade. De forma carinhosa, saúdo a ex-Senadora Emília Fernandes, que, com sua presença, abrilhanta esta solenidade.

Procurarei ser breve, contudo, não posso deixar de registrar que o dia 25 de novembro, que marca a data da luta contra a violência contra a mulher, nasceu em razão de trágico episódio ocorrido em 1960, na República Dominicana, com a trágica morte das irmãs Pátria, Minerva e Maria Tereza Mirabal, que se rebelaram e lideraram movimento político contra o regime de opressão em seu país. Por isso foram apunhaladas e estranguladas a mando do ditador Leônidas Trujillo, o então Presidente dominicano. O crime chocou o país, e a comoção nacional levou a população a se revelar de vez contra o Governo.

De lá para cá, muitos anos se passaram, muita luta foi empreendida pelas mulheres no combate à agressão e às aviltantes condições de trabalho, de assistência à maternidade e de participação política

a que eram submetidas. Muito combate tem sido feito contra a violência de gênero.

É essa violência que desnuda uma das formas mais insidiosas de destruição da auto-estima da mulher e da família, que interfere de modo negativo no resultado do PIB brasileiro, que representa a principal causa de lesões em mulheres entre 15 e 44 anos no mundo.

No Brasil, mesmo com todo o cinismo social que sinaliza para que fiquem em silêncio, as mulheres estão se revoltando contra o algoz que lhes fere verbal, psicológica e fisicamente. Não é uma decisão fácil, tranquila. E sabem por quê? Porque, em muitos casos, muito mais do que se imagina, o resultado dessa decisão será o castigo de morte, castigo que atinge um número incerto de mulheres, resultado da violência de gênero, da violência que brota de histórica relação de desigualdade estrutural entre homens e mulheres, que brota da relação de propriedade que o marido, namorado, pai, padrasto e irmão desejam eternizar para usufruir de uma ordem estabelecida e socialmente aceita em que eles podem tudo, restando às mulheres tolerância para tudo e com tudo. Por isso, quando se rebelam, elas precisam ser duramente castigadas.

A jovem menina-moça Eloá Pimentel é exemplo acabado da situação a que me refiro. Em busca de sua autonomia, corajosamente recusando-se a conviver com alguém que a sufocava e não admitia rejeição, rebelou-se. O castigo da morte a apanhou – foi alto o preço pago por contrariar a ordem estabelecida.

Depois, então, tudo volta à normalidade assentada no padrão que ainda vigora em muitos lares brasileiros, firmado na cultura machista, uma normalidade que ganhou no trágico e incompetente processo de negociação do seqüestro as luzes da mídia sedenta pela exploração do conturbado caso de amor em que o “herói”, Lindemberg Faria, justifica tudo o que fez porque não podia viver sem Eloá.

Polícia e mídia reforçaram conceitos e estereótipos que marcam a violência de gênero ao darem viva voz ao tresloucado rapaz, que impôs um ritmo de negociação que lhe interessava perante a ordem estabelecida.

Apegar-se à violência, como fez Lindemberg, inconformado com o fim do namoro, é muito próprio do homem que se considera o único com direito a conduzir a relação, mantendo ou acabando o caso amoroso ao sabor de suas conveniências.

Seqüestrada por mais de 100 horas e, depois, assassinada, Eloá era tratada como boneca pelo namorado, revelou posteriormente sua mãe. Dizia ele que, se ela não fosse dele, não seria de mais ninguém, num discurso típico do homem que não aceita que o rompi-

mento da relação afetiva seja feito pela outra parte, a parte da qual se espera tão-somente submissão.

É dessa relação de propriedade, mais comum do que se pensa País afora, que muitas mulheres desejam livrar-se, pois não querem ser objeto, sem voz ativa, submetidas ao *status* da dominação masculina.

Pouco se discutiu a típica violência de gênero que abalou Santo André, prática espantosamente crescente no Brasil, apesar de todos os combates. O macho traído pela ousada firmeza de uma jovem, que, ao cabo de tudo, era apenas mais uma boneca, não significava nada, sai da história falseado de vítima.

Jovens mulheres e outras não tão jovens são tidas, em situação parecida, como encenqueiras fúteis, para dizer o menos. Por que se rebelam, se são tratadas com mimo, endeusadas no altar da adoração masculina que valoriza a obediência e o recato? Inúmeros casos de cárcere privado, seqüestro e assassinato de mulheres têm sido noticiados quase diariamente, assim como crimes cometidos por namorados, maridos e companheiros – ex ou atuais.

Nos últimos dias, foram 3 casos de seqüestro em São Paulo – e um deles terminou com a morte de uma jovem de 19 anos pelo ex-namorado. Em Minas Gerais, após a morte de Eloá, também houve 3 casos. Por esses dias, uma jovem de 18 anos foi estuprada e ficou cerca de 2 dias presa dentro de uma tubulação no Jardim Angelina, em Ferraz de Vasconcelos, na Grande São Paulo. Ela foi encontrada amordaçada, com os braços amarrados e vários hematomas.

Misteriosamente, mãe e filho caíram do 3º andar de um prédio em Guarulhos depois que o ex-marido entrou no apartamento. Ela morreu. Durante o período em que esteve casada, foi espancada várias vezes.

Pergunto: que ódio é esse que inspira pais, maridos, namorados, tios, padrastos e irmãos a agredirem psicológica, verbal e fisicamente mulheres de sua convivência? A tradição machista, por si só, explica a insidiosa violência da qual são vítimas as nossas mulheres? Quanto tempo mais serão prisioneiras de costumes que cultuam a passividade perante situações adversas?

Definitivamente, mulheres que ainda se mantêm prisioneiras precisam reagir. Sabe-se que o castigo da morte pode apanhá-las, mas a mansidão, a dor e o choro contido decorrentes das agressões sofridas não as livrarão tampouco do castigo fatal dentro de sua própria casa.

Senhoras e senhores, o Estado brasileiro vinha se omitindo perante o mundo. São muitas as convenções internacionais em que o Brasil se havia comprometido a adotar leis e políticas públicas destinadas a prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. A san-

ção da Lei Maria da Penha pelo Presidente Lula, em 2006, redime o Estado brasileiro. O Brasil tornou-se o 18º país da América Latina a ter uma lei específica de combate à violência contra a mulher, única lei, aliás, que trata inclusive de orientação sexual, garantindo proteção ao direito de lésbicas e bissexuais.

Por isso, tenho muito orgulho do trabalho feito pelo nosso Governo, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e por dezenas de entidades e organismos públicos que, junto com o Executivo, construíram a Lei nº 11.340.

É preciso que todos os operadores do Direito, o aparato policial, a Justiça e a sociedade de modo geral se comprometam com a lei Maria da Penha. Ela, por si mesma, é claro, não é a panacéia para o problema, mas é um avanço extraordinário, porque promove nova visão sobre o assunto, reconhece como crime a violência doméstica e define novos procedimentos para dar agilidade aos processos no âmbito policial e judiciário.

Infelizmente, as coisas não acontecem como gostaríamos, e isso, fundamentalmente, porque há os que não enxergam. Além das rotinas conservadoras, há também os que não abandonam preconceitos e estereótipos, os que não se alimentam do espírito humanista, os que não têm a consciência de que a violência de gênero gera mobilidade social negativa, provocando na família toda sorte de degradação.

A campanha 16 Dias de Ativismo, iniciada no dia 20 de novembro e que se estende até o dia 10 de dezembro, traz como lema a Lei Maria da Penha e visa conscientizar a sociedade sobre o compromisso que cada um de nós tem de ter – especialmente os que têm a obrigação de acatar a lei – para com esse marco legal, que se revelou plenamente aceito por todos os homens e mulheres de boa-fé que abominam a violência de gênero e qualquer outro tipo de violência.

Ao oferecer espaço para mais esta sessão destinada ao registro do Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher, o Congresso Nacional compromete-se com a causa.

Como já disse, as mulheres de atitude, que se rebelam contra seus algozes e procuram ajuda – uma ajuda que, muitas vezes, não ocorre com a urgência requerida –, temem o castigo da morte. Mas não é apenas ele que vigora em casos assim. Muitas mulheres que tomaram atitude, que procuraram a ajuda correta, em vez do castigo, encontraram o prêmio da autonomia, o prêmio de viver sem o peso da amargura, sobressaltadas dia e noite pela infelicidade da convivência com alguém que as impede de viver uma vida sem violência.

Quero ressaltar a violência sofrida por mulheres negras, por mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais. E aproveito para registrar a presença da Micaela, da cidade de Cacoal, em Rondônia, transexual que colabora muito com a discussão da violência contra a mulher no Estado.

Essas pessoas, como a querida companheira Michele, do Ceará, aqui presente, sofrem violência, muitas vezes, uma violência acumulada: por ser mulher, por ser negra e por ser lésbica, bissexual ou transexual.

A Lei Maria da Penha precisa, por isso mesmo, ser fortalecida a cada dia. O meu recado para todas as mulheres é: comprometa-se.

Sr^a Presidenta, por fim, deixo minha solidariedade às mulheres que, por uma razão ou outra, ainda não têm uma vida nova tecida na cultura da paz, livre da violência.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT) – Obrigada, Senadora Fátima Cleide.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT) – Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ. Sem revisão do orador.) – Exm^a Sr^a Presidenta, Senadora Serys Slhessarenko, demais membros da Mesa, senhoras e senhores, telespectadores da *TV Senado*, eu não poderia deixar de vir à tribuna para um pequeno pronunciamento.

O Brasil tem índices de violência contra a mulher bárbaros – e não é só no Brasil. Vivi 10 anos na África. Lá é muito pior. É desalentador o número de crimes cometidos contra as mulheres.

Tramita no Senado Federal iniciativa de minha autoria para a qual gostaria de pedir o apoio de todos os militantes que, hoje, conosco, conscientizam o Brasil da importância de lutarmos juntos contra a violência cometida contra as mulheres. Versa essa proposição sobre violência que se passa de maneira sorrateira, mas não menos grave, não menos vexatória, não menos dolorosa. No Brasil, por ano, nascem 2 milhões de bebês. Um terço deles não tem pai declarado – e isso ocorre sobretudo neste momento da existência humana em que as pessoas, por pressões econômicas, acabam deixando o casamento tradicional, na igreja e no civil, para ficarem juntos. Um terço!

Veja por outra, nos noticiários, vemos altas autoridades se negando a fazer o teste do DNA. Por que se negam a fazer o teste do DNA? Vou explicar. No Brasil, o arcabouço jurídico é positivo. Portanto, nenhum réu, nenhum acusado é obrigado a fornecer provas contra si mesmo. Isso é um princípio do nosso Direito, consagrado na Constituição e faz com que a mulher se torne

absolutamente indefesa. Quando tem coragem moral de suplantar a inibição inicial e o constrangimento para ir à Justiça pedir que um homem assuma a paternidade do seu filho, o juiz acaba expedindo um mandado, e há uma série de ações, mas, na sua maioria, elas não se revelam eficientes.

Há casos clássicos, como o de uma Vereadora, cujo nome não vou declinar, mas que conheci pessoalmente – ela foi Vereadora de um dos Municípios de São Paulo –, e que teve repercussão nacional. Ela morreu jovem, e morreu amargurada. Seu pai, uma das figuras mais importantes do Brasil, nunca fez teste para reconhecer a sua paternidade.

O que proponho é que, quando o homem se negar a fazer o teste do DNA, o juiz possa requerer a inversão do ônus da prova, figura já consagrada em alguns tribunais deste País. Ele não precisa fazer prova contra si mesmo. Pelo contrário: ele vai apresentar provas de que não é o pai. Vai ser uma prova de defesa, porque vai assumir que, na sua negativa existem, indícios de que possa ser efetivamente o pai.

Acho que, com essa medida, vou prestar um grande e relevante serviço às mulheres do meu País – e o faço em homenagem à minha mãe, à minha esposa, que conheci quando tinha 14 anos de idade, hoje, tenho 51, e ela continua com 18, encantadora, o grande amor da minha vida, e às minhas 2 filhas.

Para concluir, não poderia deixar de fazer uma homenagem à Presidenta, Senadora Serys Slhessarenko, que, nesta Casa, tem sido sempre uma voz que não se cala, e cuja devoção à causa das mulheres nunca foi desmentida – nem será. S.Ex^a revela encantadora personalidade no relacionamento que temos diariamente; nunca vi um ato sequer que pudesse comprometer sua compostura. É uma dama que representa bem não só todas essas delicadezas da beleza, da ternura, mas também das resistências morais da mulher brasileira.

Parabéns, Senadora! Para mim, é motivo de honra ser seu companheiro nesta Casa.

Agradeço a V.Ex^a a oportunidade de fazer aqui um pequeno pronunciamento neste dia tão importante. Eu devia ter preparado um texto escrito, mas a sessão foi decidida apenas ontem, e não pude fazê-lo. De qualquer forma, não poderia deixar de apresentar o meu esforço, o meu projeto nessa luta tão bonita liderada por V.Ex^{as}, uma grande dama.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT) – Obrigada, Senador Crivella. Realmente, V.Ex^a me emociona.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT) – Em nome da Senadora Ideli Salvatti, Presidenta

da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, do Senado Federal, e representante de Santa Catarina, Estado que, como todos sabemos está passando por grandes dificuldades, passo a ler o seu pronunciamento:

“É com tristeza que não posso estar presente a esta importante sessão do Congresso Nacional que tem como um dos objetivos consolidar as práticas do Governo Lula para acabar com a violência contra a mulher no nosso País. Peço desculpas pela minha ausência, mas, neste momento, meu Estado, Santa Catarina, precisa muito de mim.

A tragédia que se abalou sobre os catarinenses está sendo acompanhada por todos os brasileiros. São mais de 70 mil desabrigados e quase uma centena de mortes. De Santa Catarina, posso ver o sofrimento de mulheres lutadoras e fortes que perderam filhos e maridos nos desabamentos provocados pelas enchentes. É nelas que me inspiro e me fortaleço para continuar uma luta intensa e constante em nome das mulheres de todo o País.

Tenho como uma das nossas principais conquistas a Lei Maria da Penha, sancionada pelo Presidente Lula. É na Justiça da lei que encontraremos abrigo para punir agressores e futuros assassinos. Mais do que garantir direito às mulheres, é preciso garantir a sua aplicabilidade. É por essa razão que encontros como este são necessários e importantes.

De minha parte, na condição de Presidenta da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, no Senado Federal, podem ter certeza de que todos os nossos esforços serão para manter viva a lembrança de que direitos precisam ser aplicados e que a violência contra a mulher não pode ser rotina em nossos lares. Para isso, nossas ações serão no sentido não só da aplicabilidade da lei, mas também da conquista de novos direitos que possam tornar melhor e mais feliz a vida das mulheres.

Deixo aqui meu grande beijo a todas as mulheres brasileiras. Meu orgulho é poder estar no Parlamento e, sendo mulher, representar a todas que, de forma especial, lutam por justiça e igualdade neste nosso Brasil.

Senadora Ideli Salvatti, Presidenta da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher no Senado Federal”. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT-RO. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidenta, considerando a gravidade dos fatos ocorridos em Santa Catarina, conforme relata a Senadora Ideli Salvatti, eu gostaria de sugerir que fizéssemos um minuto de silêncio, homenageando as famílias que perderam entes queridos em razão das enchentes que ocorrem neste momento no Estado.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT) – Acato a sugestão de V.Ex^a e em seguida, uma vez que não há mais Parlamentares inscritos, passarei a palavra, por 3 minutos, à Diretora-Executiva da AGENDE e à representante da Subsecretaria de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher – SPM.

Vamos fazer um minuto de silêncio.

(A Casa presta a homenagem solicitada.)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT) – Que Deus esteja com a população em Santa Catarina.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT) – Com a palavra a Sr^a Marlene Libardoni, Diretora-Executiva da AGENDE – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento.

A SRA. MARLENE LIBARDONI – Bom dia a todos.

Agradeço à Senadora Serys Slhessarenko a oportunidade e o requerimento de realização desta sessão solene.

Cumprimento os Parlamentares – Senadoras, Senadores, Deputadas e Deputados –, as mulheres e os homens que presentes a esta sessão.

A AGENDE – Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento tem muita satisfação em estar aqui hoje participando da Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, uma campanha mundial que se iniciou em 1991, no processo de preparação da Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993.

Naquele momento, nós – o movimento feminista de mulheres – definimos 16 dias de ativismo, porque queríamos sensibilizar a sociedade e os Governos para a questão dos direitos humanos e para a questão da violência contra as mulheres. E conseguimos, 2 anos após o início da campanha, os seus primeiros resultados naquela conferência, quando os direitos das mulheres e das meninas foram considerados direitos humanos, e a violência contra as mulheres, uma violação aos direitos humanos.

No Brasil, desde, 1991, desenvolvemos essa campanha, e, a partir de 2003, uma iniciativa impulsionada pela AGENDE, com o apoio do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – NIFEM, buscamos a bancada feminina no Congresso Nacional, buscamos a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com a então Ministra Emília Fernandes, e a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial – SEPIR, gestão da Ministra Matilde Ribeiro. E, e com o apoio dessas duas Secretarias buscamos vários órgãos do Executivo e também a então Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, e, por intermédio de S.Exa., o Comitê de Gênero do Ministério e das empresas estatais.

Desde 2004, com esse apoio mais amplo, temos desenvolvido essa iniciativa, que contava, desde o seu início, com as redes nacionais de mulheres e de direitos humanos. Então, foi um esforço conjunto da sociedade civil, do movimento feminista, do movimento de mulheres de direitos humanos, e dos órgãos do Legislativo, Executivo federal, ampliamos para Estados e Municípios, conseguimos uma vitória com a Lei Maria da Penha. A Campanha 16 Dias de Ativismo teve importante papel, fortaleceu a luta de 30 anos do movimento de mulheres por essa lei, que, em 2007, foi aprovada, também em razão do esforço da então Ministra Nilcéa. Começamos a promover essa campanha em conjunto a AGENDE e a Secretaria Especial de Política para as Mulheres.

Também em 2007, com o apoio da Ministra Emília Fernandes, e a nossa sempre querida Deputada Maria Elvira, buscamos parceria da Associação Brasileira de Municípios, e ampliamos definitivamente a campanha para os Municípios brasileiros, com a realização de eventos, a maioria deles nos Municípios.

Este ano, decidimos ampliar ainda mais a campanha e falar com toda a sociedade, com cada pessoa que há momentos em que a sua atitude faz a diferença. Lei Maria da Penha, comprometa-se.

Buscamos 16 pessoas que tomaram uma atitude pelo fim da violência contra as mulheres, pela implementação da lei – e com satisfação, Senadora Serys Slhessarenko, a presença de 4 dessas 16 pessoas: a Joelma Chaves de Souza, do Ligue 180; o Cabo Lobo, um policial militar; a Vera Lúcia Torres, Promotora Legal Popular de Brasília, e a Cristina Buarque, Secretária da Mulher, de Pernambuco. São 4 das 16 pessoas que trazem exemplo, que chamam todo o mundo a assumir o compromisso.

Desde 2003, quando buscamos essas parcerias com o Legislativo, com o Executivo, com as de empresas estatais, públicas e privadas, não queríamos simplesmente o apoio, o patrocínio à campanha. Quería-

mos e buscamos estimular ações e o comprometimento desses órgãos governamentais e não-governamentais, e buscamos fazer com que eles levassem para dentro, que assumissem, que abraçassem essa campanha, que tomassem atitude pelo fim da violência contra as mulheres. E essa tem sido uma realidade nesta Casa, tem sido uma realidade nos Ministérios e tem sido também uma realidade nas estatais, onde a Campanha 16 Dias de Ativismo faz parte do plano de ação, e essas empresas têm patrocinado a campanha e nos permitido realizar muitas ações ao longo desses 6 anos.

Queremos dizer que nos Estados e Municípios se conformaram parcerias como a que temos no âmbito federal, e que a Campanha 16 Dias de Ativismo e a Lei Maria da Penha fazem parte do pacto nacional de enfrentamento pela violência contra as mulheres.

Gostaria ainda de aproveitar neste momento para convocar as Casas Legislativas, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, que têm sido também parceiros de primeira hora da campanha, a realmente trabalharem com os Parlamentares e com os Governos nos Estados e Municípios, para que assumam, para que firmem o pacto, para que assumam a implementação da lei, com recursos para ampliação da rede de serviços, com recursos para criação dos juzizados especiais, para capacitação dos profissionais, para campanhas educativas, como a Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, e outras, porque precisamos mudar a cultura e fazermos com que cada pessoa perceba que onde estiver, na rua, em casa, no trabalho, enfim, em qualquer lugar, ela não pode jamais ficar indiferente a uma situação de violência contra as mulheres. Ela deve, sim, tomar uma atitude e entender que uma vida sem violência é um direito das mulheres em nosso País.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT) – Obrigada, Sr^a Marlene.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT) – Concedo a palavra à Sr^a Kátia Guimarães, Diretora da Subsecretaria de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher – SP.

A SRA. KÁTIA GUIMARÃES – Boa tarde a todos.

Cumprimento a Mesa, por intermédio da Senadora Serys, Coordenadora da Bancada Feminina no Senado; a Sr^a Marlene Libardoni, em nome de quem cumprimento todas as organizações e entidades do movimento de mulheres, que tem sido um grande parceiro no enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil; a Sr^a Cristina Buarque, Secretária de Estado de Mulher de Pernambuco, por intermédio de quem cumprimento todas as Secretárias de Estado

e Coordenadoras de Políticas para as Mulheres em nosso País.

A minha fala é bem breve. Eu gostaria de sinalizar neste evento, que tem como objetivo celebrar o dia 25 de novembro, que o Brasil atualmente é capaz de falar de uma resposta, coordenada e integrada, à violência contra a mulher. Uma resposta que vem sendo conduzida pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres com diferentes Ministérios do nosso Governo Federal. Hoje mesmo, a Ministra Nilcéa Freire, às 13h, vai lançar no Rio de Janeiro a Campanha Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, intitulada Mulheres Donas de sua Própria Vida. Esse lançamento será feito na Freira de Agricultura Familiar, com a Ministra Dilma Rousseff.

Neste ano, particularmente neste 25 de novembro, além de todo o fortalecimento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, por meio da consolidação da Lei Maria da Penha e da implementação do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, tivemos um destaque: a perspectiva preventiva da política nacional. Hoje, neste 25, destacamos a realização de 3 importantes campanhas que trazem à cena nacional uma discussão bastante pioneira sobre a questão da violência, incluindo a população das mulheres do campo e da floresta.

Podemos afirmar que daremos início a uma campanha não focada ou pontual, mas que tem perspectiva de desenvolvimento na educação popular e com duração maior. Também fortalecemos a parceira com o movimento de mulheres, por meio da AGENDE, na implantação da Campanha 16 dias de Ativismo. Também trouxemos para a cena política relativa à violência contra a mulher os homens, por meio da Campanha Homens Unidos pelo Fim da Violência. É uma campanha que dá resposta brasileira ao Secretário-Geral das Nações Unidas em relação ao enfrentamento da violência contra a mulher em nosso País.

Mais uma vez, agradeço à Senadora Serys que, muito carinhosamente, nos concedeu esses minutos para dialogarmos um pouco. Agradeço a esta Casa, ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados o incentivo, a parceira e a seriedade com que vêm nos ajudando a trazer e a dar forma efetiva à Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.

Muito obrigada a todos. *(Palmas)*

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT) – Sr^a Kátia e Sr^a Marlene, não é concessão, é merecimento.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT-MT) – Antes de encerrar a sessão, concedo a palavra à Deputada Maria Helena, que aqui esteve por bas-

tante tempo, mas precisou sair por alguns minutos e retornou agora.

A SRA. MARIA HELENA (Bloco/PSB-RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Exm^a Sr^a Senadora Serys Slhessarenko, que preside esta sessão solene, Coordenadora da bancada feminina no Senado Federal; Sr^a Kátia Guimarães, Diretora da Subsecretaria de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, aqui representando a Ministra Nilcéa Freire; Sr^a Marlene Libardoni, Diretora-Executiva da AGENDE – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento; Sr^a Emília Fernandes, Presidente do Fórum de Mulheres do MERCOSUL; Sr^a Cristina Buarque, Secretária Especial da Mulher, do Estado de Pernambuco; Sr^{as} e Srs. Senadores; Sr^{as} e Srs. Deputados; senhores e senhoras que aqui prestigiam esta sessão solene, anualmente nos reunimos neste plenário para comemorar os avanços obtidos em 18 anos de realização da campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres e também para homenagear todas as mulheres que venceram seus medos e tiveram a coragem de denunciar os seus agressores.

Sem dúvida alguma, no Brasil, o grande foco dessa campanha é a Lei Maria da Penha, que fez com que os crimes de violência contra as mulheres fossem considerados uma violação dos direitos humanos e punidos de forma mais rigorosa. A lei já se encontra em vigor há dois anos e, nesse período, já conseguiu promover mudanças significativas na vida de muitas mulheres, que, amparadas pela legislação, sentiram-se no direito de se levantar contra seus agressores e dizer não à violência.

Hoje, grande parte da população já conhece a existência da Lei Maria da Penha, tanto que, cada vez mais mulheres estão relatando situações de abusos e maus-tratos. No entanto, para que consigamos de fato erradicar a violência contra as mulheres, é necessário tornar a lei mais do que simplesmente conhecida. É necessário formar uma verdadeira rede de segurança e de apoio às mulheres brasileiras, para que todo e qualquer caso de violência seja denunciado. Assim como o acesso gratuito e universal à educação e à saúde, a proteção dos direitos humanos das mulheres deve ser considerada prioritária pelo Governo e pela sociedade civil. O envolvimento de todos os atores públicos e privados, de todos os segmentos da população é fator indispensável para garantir que tenhamos êxito nessa missão.

Por isso, é importante ressaltar que, paralelamente aos 16 Dias de Ativismo, foi lançada pela Secretaria Nacional de Políticas para as mulheres a campanha Homens Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres, iniciativa pioneira que objetiva incentivar os

homens, e a sociedade como um todo, a assumirem o compromisso de combater a agressão contra as mulheres e a contribuir para a implementação da Lei Maria da Penha.

A iniciativa é uma resposta do Estado brasileiro à convocação do Secretário Geral da ONU que lançou a Campanha Mundial Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres, em fevereiro deste ano.

Enfim, em nome do Partido Socialista Brasileiro, faço aqui um apelo para que todos, homens e mulheres, formem uma parceria pelo fim da violência contra as mulheres, colocando-nos a um passo mais perto da formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Serys Shessarenko. PT-MT) – Obrigada, Deputada Maria Helena.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Shessarenko. PT-MT) – Agradeço a todas as Senadoras e aos Senadores, às Deputadas e aos Deputados que aqui estiveram e estão presentes – e aproveito para registrar que os Senadores Mão Santa e José Nery há pouco passaram por aqui.

Agradeço muito especialmente às entidades organizadas, aos homens e às mulheres que passaram pedaço desta manhã nesta conversa, para nos mobilizarmos cada vez mais em oposição à violência contra a mulher.

Como eu disse no início, o movimento do dia 25 de novembro é um movimento internacional de busca de combate à violência contra a mulher, que envolve 154 países. Infelizmente, parece que a única coisa “democrática” – entre aspas – no planeta Terra, é a violência contra mulher, pois envolve países desenvolvidos, subdesenvolvidos, mulheres da camada popular, da classe média, da classe abastada. Enfim, esse processo, infelizmente, atinge as mulheres do mundo como um todo.

Agradeço a todos e a todas. Essa luta é permanente. Os 16 dias de Ativismo, que, aqui no Brasil, têm sido 20 e 21, porque pega do Dia da Consciência Negra, dia 20 de novembro, passa pelo dia 25, Dia de Combate da Eliminação da Violência contra Mulher, e se encerra no dia 10 de dezembro, o Dia Universal dos Direitos Humanos.

Todos os dias, todos nós temos de estar nessa luta permanentemente, para que realmente se elimine qualquer tipo de violência contra a mulher.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Shessarenko. PT-MT) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Shessarenko. PT-MT) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 50 minutos.)

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO
18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
 Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
 Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ⁸ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTE
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 13.11.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/l/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado por 123 (cento e vinte e três) dias, a partir de 10.09.2008.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	LÍDER DA MAIORIA VALDIR RAUPP PMDB-RO
LÍDER DA MINORIA ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA MÁRIO COUTO PSDB-PA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL MARCONDES GADELHA PSB-PB	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (PR-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp>** **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



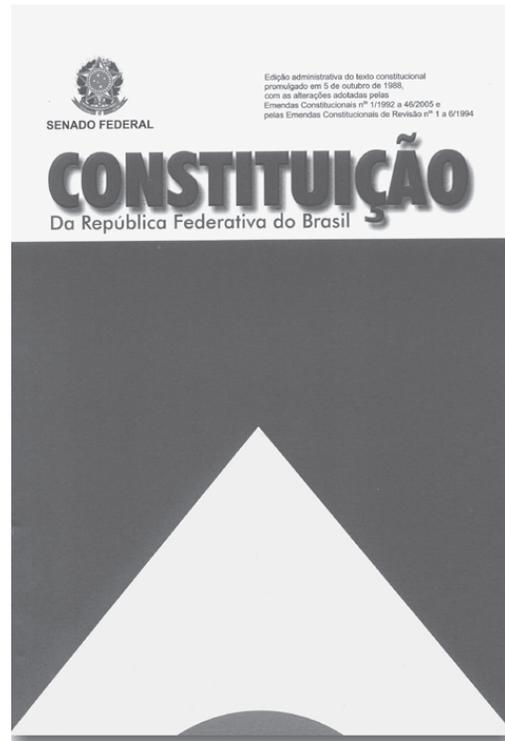
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil (modelo livro)

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988, o texto integral das Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e das demais emendas constitucionais e índice temático.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS